



ISSN N. 2595-7341

Vol. 5, N. 03, Set-Dez, 2022

DOI: <https://doi.org/10.20873/TERRITÓRIOSEMCENA>

**TERRITÓRIOS EM CENA: O TEATRO DO OPRIMIDO COMO  
ESTRATÉGIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO  
POPULAR NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM VITÓRIA/ES,  
BRASIL (2022)**

**TERRITORIES ON THE SCENE: THE THEATER OF THE OPPRESSED  
AS A STRATEGY FOR UNIVERSITY EXTENSION AND POPULAR  
EDUCATION IN SOCIAL ASSISTANCE POLICY IN VITÓRIA/ES, BRAZIL  
(2022)**

**TERRITORIOS EN ESCENA: EL TEATRO DEL OPRIMIDO COMO  
ESTRATEGIA DE EXTENSIÓN UNIVERSITARIA Y EDUCACIÓN  
POPULAR EN LA POLÍTICA DE ASISTENCIA SOCIAL EN VITÓRIA/ES,  
BRASIL (2022)**

Dilécia de Freitas Reis<sup>1</sup>

Laura Locatel Gomes Silveira<sup>2</sup>

Micaela Moreira Silva<sup>3</sup>

Pollyanna Labeta lack<sup>4</sup>

William Berger<sup>5</sup>

**RESUMO:** O artigo apresenta a experiência do Projeto de Extensão “Territórios em Cena: o Teatro do Oprimido como estratégia de Educação Popular nos territórios da Assistência Social de Vitória/ES (2022)”, do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (Nevi) da Universidade Federal do Espírito Santos (Ufes), em parceria com Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), Gerência de Planejamento e Gestão do Sistema Único Assistência Social (GPGS)/Coordenação da Gestão do Trabalho (CGT) e Gerência de Atenção à Família (GAF). Trata-se de um projeto de formação continuada para profissionais

---

<sup>1</sup> Graduanda do bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Integrante do Nevi/Ufes e bolsista de extensão (Pibex/Proex/Ufes). Email: [difreitasreis@gmail.com](mailto:difreitasreis@gmail.com).

<sup>2</sup> Graduanda do bacharelado em Serviço Social da Ufes, integrante do Nevi/Ufes e bolsista de iniciação científica (Fapes/Ufes). Email: [laura.l.silveira@edu.ufes.br](mailto:laura.l.silveira@edu.ufes.br).

<sup>3</sup> Graduanda do bacharelado em Serviço Social Ufes, integrante do Observatório da Educação Popular e Movimentos Sociais da América Latina (OBEPAL)/Ufes/Universidade Federal de Integração da América Latina(Unila) e ex-estagiária do Nevi/Ufes. Email: [micamoreira55@gmail.com](mailto:micamoreira55@gmail.com).

<sup>4</sup> Mestra em Política Social (Ufes), assistente social socioeducativa, atua na Gerência de Educação de Jovens e Adultos na Secretaria da Educação (Sedu) no Espírito Santo, pesquisadora integrante do Nevi/Ufes. Email: [pollylabet@hotmail.com](mailto:pollylabet@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2454-2678>

<sup>5</sup> Professor adjunto do Departamento de Serviço Social da Ufes, Doutor em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ex-coordenador (2020-2022) e pesquisador do Nevi/Ufes. Email: [williambergere@gmail.com](mailto:williambergere@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3025-3813>

de diferentes equipamentos da política de assistência social em Vitória/ES, pensando a desigualdade social em tempos de pandemia de Covid-19, ante violências e violações de direitos, situações de desproteção social. Após a realização do diagnóstico sócio-territorial, optou-se por uma formação em grupos operativos, com os métodos de Paulo Freire e Augusto Boal, a Pedagogia e o Teatro do Oprimido, o pensamento-ação, no diálogo com as necessidades populares, fortalecendo e dando sentido às abordagens no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos nos territórios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Territórios. Teatro do Oprimido. Assistência Social.

**ABSTRACT:** The article presents the experience of the Extension Project “Territory in Scene: the Theater of the Oppressed as a Popular Education strategy in the Social Assistance territories of Vitória/ES (2022)”, from the Center for Studies, Research and Extension on Violence, Public Security and Human Rights (Nevi) of the Federal University of Espírito Santos (Ufes), in partnership with the Municipal Secretariat of Social Assistance (SEMAS), of the Municipality of Vitória (PMV), Management of Planning and Management of the Single Social Assistance System (GPGS) / Coordination of Work Management (CGT) and Family Care Management (GAF). This is a continuous education project for professionals from different areas of social assistance policy in Vitória/ES, thinking about social inequality in times of the Covid-19 pandemic, in the face of violence and violations of rights, situations of lack of social protection. After carrying out the socio-territorial diagnosis, training in operative groups was chosen, with the methods of Paulo Freire and Augusto Boal, Pedagogy and Theater of the Oppressed, thought-action, in dialogue with popular needs, strengthening and giving meaning to the approaches in the service of coexistence and strengthening of bonds in the territories.

**KEYWORDS:** Territories. Theater of the Oppressed. Social assistance.

**RESUMEN:** El artículo presenta la experiencia del Proyecto de Extensión “Territorios em Cena: el Teatro del Oprimido como estrategia de Educación Popular en los territorios de Asistencia Social de Vitória/ES (2022)”, del Centro de Estudios, Investigación y Extensión sobre la Violencia, Seguridad Pública y Derechos Humanos (Nevi) de la Universidad Federal de Espírito Santos (Ufes), en alianza con la Secretaría Municipal de Asistencia Social (SEMAS), del Municipio de Vitória (PMV), Gerencia de Planificación y Gestión del Sistema Social Único Sistema Asistencial (GPGS) / Coordinación de Gestión del Trabajo (CGT) y Gestión del Cuidado de la Familia (GAF). Este es un proyecto de educación continua para profesionales de diferentes áreas de la política de asistencia social en Vitória/ES, pensando en la desigualdad social en tiempos de la pandemia de Covid-19, frente a la violencia y violaciones de derechos, situaciones de desprotección social. Luego de realizar el diagnóstico socioterritorial, se optó por la formación en grupos operativos, con los métodos de Paulo Freire y Augusto Boal, Pedagogía y Teatro del Oprimido, pensamiento-acción, en diálogo con las necesidades populares, fortaleciendo y dando sentido a los planteamientos en al servicio de la convivencia y fortalecimiento de vínculos en los territorios.

**PALABRAS CLAVE:** Territorios. Teatro del Oprimido. Asistencia social.

## INTRODUÇÃO

“A rosa  
não buscava a aurora:  
quase eterna no ramo  
buscava outra coisa.

A rosa  
não buscava ciência nem  
sombra:  
confim de carne e sonho,  
buscava outra coisa.

A rosa  
não buscava a rosa:  
imóvel pelo céu  
buscava outra coisa.”

(Federico Garcia Lorca<sup>6</sup>)

O que buscamos? Qual sonho nos move? Que coisas em mim não deixo calar perante um tempo de assombro? Essas são, sem dúvida, algumas perguntas que Garcia Lorca nos provoca em sua poesia viva. Igualmente os mestres Paulo Freire e Augusto Boal nos provocam a pergunta, maiêutica socrática, que se torna pergunta geradora.

Este artigo traz algumas perguntas e junto delas experiências de grupos e sujeitos que se dispuseram no ano de 2022, como atividade de retorno presencial na política de assistência social no município de Vitória/ES, a fazer e multiplicar o Teatro do Oprimido nos 12 territórios da assistência social, em seus respectivos equipamentos, onde atuam na relação direta com a população demandante dos serviços prestados.

A sistematização aqui proposta é, pois, uma forma de expressar em palavras o que se produziu muito além em sons, imagens e movimentos provocados pelos exercícios, jogos, técnicas e reflexões propostas na formação e multiplicação nos territórios do projeto de extensão “*Territórios em Cena: o Teatro*

---

<sup>6</sup> IN: [https://www.pensador.com/poemas\\_federico\\_garcia\\_lorca/](https://www.pensador.com/poemas_federico_garcia_lorca/). Acesso: 30 de mar. de 2023.

*do Oprimido como estratégia de Educação Popular nos territórios da Assistência Social de Vitória/ES (2022)*”, do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (Nevi), em parceria com Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas), da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV). Aqui faremos alguns movimentos na sistematização: compreender categorias e sujeitos que dão sustentação para as atividades propostas no projeto; quais metodologias e instrumentos utilizamos na etapa de formação para posterior etapa de multiplicação nos territórios pelos/as profissionais; e quais resultados foram alcançados em diferentes grupos. Começamos pelo primeiro desafio ao definir nossas ferramentas teóricas.

## **TERRITÓRIO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO POPULAR: ARTICULANDO CATEGORIAS E SUJEITOS NUMA DIMENSÃO DE TOTALIDADE**

Definir *território, assistência social e educação popular* numa perspectiva de totalidade<sup>7</sup> como ponto de partida não é uma tarefa fácil, pois implicaria em si um esforço teórico-metodológico de grandeza real, mas alertamos aqui que se trata de uma abordagem sumariada para compreensão do chão teórico-metodológico, levando em conta os desafios ético-políticos onde se inscreve o técnico-operativo das práticas que serão apresentadas a seguir na experiência do projeto “*Territórios em cena*”

Partimos aqui da leitura crítica do **território** de Milton Santos (SANTOS, 2004), que demarca a categoria *espaço* como referente, a partir do uso e apropriação, com múltiplas determinações sociais nas relações sociais de produção e reprodução da vida social.

---

<sup>7</sup> No método em Marx a dimensão de totalidade aparece como expressão da realidade social concreta, síntese de múltiplas determinações entre as esferas econômica, política e social e aqui acrescentamos a dimensão espacial.

Trata-se de pensar a dimensão espacial como mediação constitutiva das relações sociais onde as *expressões da questão social*<sup>8</sup> ganham caracteres de extermínio e violência aberta contra as populações indígenas, quilombolas, negras, trabalhadores/as, pobres, no campo e na cidade, para expropriação dos territórios e

a exploração da força de trabalho, convertida em meios de valorização e acumulação do capital.

Entendemos, pois aqui o território como totalidade concreta na dinâmica das contradições do modo de produção capitalista. Este lugar nos exige a crítica da economia política na produção do espaço, onde o território expressa e é atravessado pelas transformações do tempo presente (ABREU, 2016)

Partimos da reafirmação do **trabalho** como categoria central na vida social (tempo e espaço) do ser social, no processo de produção e reprodução da vida social. Para Marx, o capital pela circulação de mercadorias na sua forma mais simples, depende da ampliação de mercados. Isto implica novas centralidades e usos dos territórios pela apropriação da natureza para ostentação e luxo de uns poucos sobre a miséria de bilhões em todo o mundo, sentido da *lei geral da acumulação capitalista* (MARX, 1985).

O território é produto e atravessado por mediações sociais, econômicas e políticas no movimento da história, e na atualidade tem sido usado para obtenção do lucro especulativo. É preciso entender que espaço na perspectiva do materialismo

---

<sup>8</sup> Marilda V. Iamamoto e Raul Carvalho em *“Relações sociais e Serviço Social no Brasil”* entendem questão social como a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006, p. 77). Para Iamamoto (2000), enfrentar as expressões da questão social contemporaneamente implica decifrar as desigualdades sociais, de classes e suas expressões de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente como formas resistência e rebeldia vivenciadas pelos sujeitos sociais. José Paulo Netto (2001) a utiliza entre aspas para indicar que não se pode pensar a “questão social” como categoria no sentido que Marx lhe atribui, mas como conceito, pois como categoria é preciso que tenha existência no mundo real. O que aparece na realidade não é a “questão social” em si, mas suas expressões na pobreza, na fome, no desemprego, na desigualdade, etc.

histórico-dialético, implica a totalidade da produção e reprodução da vida social de forma contraditória. O uso do território na produção de valores de uso e valores de troca tem por base a renda fundiária para composição orgânica das mercadorias (ABREU, 2016), que se dá em nossa formação sócio-econômica, política e espacial, com a posse da terra nos grandes latifúndios pela classe dominante.

Conforme Abreu (2016), processo de trabalho e processo de valorização em Marx, para a produção da mercadoria visa a produção da mais-valia no processo global do capital e sua rotação. Território aparece, pois, como resultado de relações sociais e históricas nos ciclos do processo produtivo, na dinâmica da reprodução ampliada do capital. A dominação e exploração do trabalho recai sobre o/a trabalhador/a com os processos da flexibilidade, toyotismo (HARVEY, 2006), sazonalidade do trabalho rural e urbano, processos de expulsão de indígenas e trabalhadores pobres do campo (êxodo rural), para se tornar mão-de-obra nas cidades, fruto e gerador da fragmentação socioespacial, dificultando a organização dos/as trabalhadores/as, das classes subalternas, o que agrava as expressões de pobreza no campo e na cidade, colocando-se como desafio ao Estado respostas às expressões da questão social desde o pós-abolição (1888), que não se expressou em libertação do povo negro e indígena, mas em sua transformação de força de trabalho escravizada em força de trabalho expropriada dos meios de produção e vida, e, portanto, a ser explorada no modo de produção capitalista<sup>9</sup>.

Para Moreira (2012, p. 24 a 25),

[...] o espaço é a forma e a relação homem-natureza, o conteúdo (...) totalidade estruturada de relações, dialeticamente complexas e historicamente determinadas, na forma do qual reside o amálgama do entrecruzamento entre a forma homem-natureza, para a forma homem-sociedade.

---

<sup>9</sup> A esse respeito a obra de Clóvis Moura (MOURA, 2014) e Jacob Gorender (GORENDER, 1978) nos dão base para entender a composição racial na divisão social do trabalho na formação social brasileira .

Harvey (2006) aborda o espaço e o tempo como “[...] categorias básicas da existência humana” (2006, p. 187), onde impera uma “compressão” pelo trabalho no regime de acumulação flexível e da reestruturação produtiva.

As disputas pelo poder assumem no capitalismo a forma da disputa pelo uso do solo na expropriação capitalista do território. Estamos falando aqui na questão fundiária que tem assumido na formação social, econômica, política e espacial do Brasil requintes de crueldade e extermínio contra os povos indígenas desde o projeto colonizador de 1500 ao projeto *ultraneoliberal*<sup>10</sup>, de 400 anos de trabalho escravizado do povo negro, e toda a forma da barbárie do capital assumida contemporaneamente: os números ascendentes do trabalho escravo em pleno séc. XXI e a dizimação dos Yanomami pelo mercúrio na exploração de garimpeiros brancos em suas terras são a prova de que *o capital não tem nenhum compromisso com o social* como nos diz Netto (2001).

Abreu (2016, p. 41) nos diz que “[...] a conformação dos *territórios* tem uma profunda relação com o modo de produção e reprodução da vida social, atravessado pelo crescimento das forças produtivas”. Observar esse movimento do território na perspectiva da totalidade nos permite, assim, uma leitura dos *limites e possibilidades no enfrentamento da questão social*.

Ao definir território faz-se necessário aqui também falarmos das crises no modo de produção capitalista, que para Mészáros (2009), trata-se, em sua fase atual, da mais profunda e prolongada, pois é estrutural e sistêmica e implicou a redução das taxas de lucro, “[...] acúmulo de mercadorias, estagnação da produção, ajuste de preços e redução dos salários” (ABREU, 2016, p. 41), quando intensifica-se a exploração do trabalho, com profundas transformações no mundo do trabalho e o agravamento das expressões da questão social. Nas crises o capital se reorganiza para retomar as taxas de lucro e acirra os confrontos entre as classes sociais, o que nos leva, sem dúvida, a formas de **segregação socioespacial** e

---

<sup>10</sup> Sobre as características do ultraneliberalismo como aprofundamento da barbárie capitalista veja a coletânea “Serviço Social em tempos ultranoliberais” (VASCONCELOS; ALMEIDA; VELOSO, 2021).

formas de preconceito e discriminação com seu ápice na criminalização das classes que vivem do trabalho, ganhando relevos mais profundos nas opressões de classe, étnicas, de gênero e geração. O agravamento da questão social se faz sentir na cidade, no campo e na aldeia de formas diferenciadas, mas trata igualmente de forma repressiva para as classes subalternas e coloca em risco as conquistas democráticas em um país com forte herança conservadora de seguidas ditaduras burguesas, com o objetivo de manter a “ordem e progresso” dentro do sistema com uso da força militar, diga-se policial, ante as ações das nomeadas “classes perigosas”, subalternas, trabalhadoras, oprimidas.

Como expressa Marilda Iamamoto em suas obras mais recentes como “*Serviço Social em tempo de capital fetiche*”, avança nesse processo o capital financeiro parasitário, os processos de financeirização e mudanças no mundo do trabalho com impactos diretos nas condições de vida dos trabalhadores pelo agravamento das expressões da questão social, pois ganhou uma forma global o imperialismo capitalista (IAMAMOTO, 2014) .

Para autoras como Yazbek (2015), a **Assistência Social** enquanto *política de governo no Brasil*, surge na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas. As bases ideológicas do Serviço Social à época estavam ligadas diretamente aos interesses das classes dominantes, com viés moral e religioso, pois a doutrina social da igreja católica era voltada ao trabalhador e sua família para enquadramento social.

A marca da assistência social em seu surgimento no período Getúlio Vargas é o chamado assistencialismo, referendado na Constituição Federal de 1934. Até então não haviam programas institucionais na área social. O atendimento às famílias se voltavam às de prole numerosa, aos desvalidos, à maternidade, a infância, aos órfãos, às colônias agrícolas, entre outras, onde imperava o modelo filantrópico da ajuda, com caráter fragmentado, desorganizado e instável, aliados ao primeiro damismo e a política partidária conservadora (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006).

Destacam-se no período varguista a regulamentação do trabalho, com a criação da carteira de trabalho, aposentadorias e pensões. Além da criação dos Ministérios de Educação e Saúde (com viés higienista, uma política que visava erradicar os pobres ao invés da pobreza), e a criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA), marcada pelo assistencialismo, tutela do Estado sobre o cidadão, onde o direito era visto como favor (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006).

A partir de 1942, as ações LBA foram redimensionadas para atendimento das famílias dos pracinhas da Segunda Guerra Mundial, com oferta de uma política federal centralizada, a fim de promover assistência social à maternidade, à infância, a adolescência e aos desempregados, com a criação do Programa Nacional de Alimentação e Nutrição para o grupo materno-infantil em 1972 e do Ministério da Previdência e Assistência Social em 1977 (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006).

O assistencialismo ao invés de extinguir, reforçava a exclusão social, ao manter as classes subalternas tuteladas a um Estado autoritário. A Assistência Social só alcançou o estatuto de política social pública, inscrita no campo dos direitos sociais, como resultado dos processos sócio-históricos, a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) de 1993. No texto constitucional, a Assistência Social é colocada como parte dos direitos sociais, edificando junto com a previdência e a saúde o arcabouço da seguridade social (CARVALHO; IAMAMOTO, 2006).

Com a LOAS de 1993, foram definidos os princípios, as diretrizes, as competências, a gestão e o financiamento da política de Assistência Social. Contudo, a sua implementação revelou uma acentuada tendência à focalização, seletividade e fragmentação, comprometendo o princípio de universalidade, continuidade e sistematicidade das ações (SPOSATI, 2004).

Na impossibilidade de garantir o direito ao trabalho, pelas condições que assume o trabalho no capitalismo contemporâneo em sua crise estrutural, pelo alto

nível de desemprego no qual nos encontramos<sup>11</sup>, ou, ainda, pela orientação da política econômica posta em prática, o Estado amplia o campo de atuação da assistência, assumindo como usuários da mesma os aptos para o trabalho.

A nova política de Assistência Social inaugurada com a Loas/1993 institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e define 2 patamares de proteção social: a básica e a especial, de modo a garantir as seguintes seguranças: de sobrevivência (de rendimento e autonomia); acolhida e convívio familiar.

A **proteção básica** ficará sob responsabilidade dos Centros de Referência de Assistência Social, que é um avanço importantíssimo para a execução da política de Assistência Social. São considerados serviços de proteção básica aqueles que têm a família como unidade de referência, ofertando um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e ao acolhimento, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos; assim como a promoção da sua integração ao mercado de trabalho.

No caso da **proteção especial**, são dois níveis de complexidade: média e alta. Ambas estão direcionadas ao atendimento às famílias e indivíduos em situação de direitos violados; mas o que diferencia os níveis de complexidade é a existência ou não de vínculos familiares e comunitários, tendo como unidade pública de referência os Centros Referência Especializada de Assistência Social (Creas).

A criação do SUAS pode viabilizar uma normatização, organização, racionalização e padronização dos serviços prestados, inclusive considerando as particularidades regionais e locais, o que implica a categoria território desenvolvida acima.

Conforme Diniz (2018, p. 2):

É preciso saber que a política de assistência social, por meio de seu conjunto normativo: Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS,

---

<sup>11</sup> Segundo dados do IBGE o Brasil marca em 2023 8,4% em janeiro e atinge 9 milhões de brasileiros. IN:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/03/17/pnad-continua-ibge-desemprego.htm#:~:text=Desemprego%20fica%20em%208%2C4.%2F03%2F2023%20%2D%20UOL%20Economia>. Acesso: 30 de mar.de 2023.

Sistema Único de Assistência Social – SUAS, Norma Operacional Básica – NOB, centralizam o território como “chão” de sua edificação na regulação e proteção social. A centralidade do território como chão da política de assistência social se conecta também aos valores que norteiam a descentralização político-administrativa do Estado, constituindo-se no bojo das novas concepções políticas do Estado no âmbito da proximidade com os sujeitos e seus locais de vivência. É no lugar territorial, no chão das relações sociais, que a vida se produz e se reproduz, onde é possível perceber as capacidades protetivas, as mediações arquitetadas para a vivência e sobrevivência.

É nítido um alargamento (expansão) dos objetivos desta política com a implementação do SUAS.

Os **eixos estruturantes** do sistema são a matricialidade sociofamiliar; a definição do território como lócus da descentralização, novas bases de pactuação entre Estado e sociedade civil; os mecanismos de financiamento, controle social e participação popular, além de inúmeros quesitos que repercutem na política de recursos humanos. São inovadores os sistemas de informação, avaliação e monitoramento, seguindo-se uma nova conceituação de vigilância social, proteção social e defesa social e institucional.

Não iremos aqui seguir com o debate do financiamento da assistência social, ficando este ponto para um aprofundamento do leitor. Sugerimos esta continuidade com as obras de Ana Elizabeth Mota (MOTA, 2005); e Ivanete Boschetti (BOSCHETTI, 2008).

Cumpra aqui na dimensão territorial e a nova relação proposta pelo SUAS com os sujeitos nos territórios da assistência social a **educação popular** como linguagem e método no trabalho realizado pelas/os profissionais nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e processos grupais e comunitários, envolvendo a descentralização, a democratização e a participação popular. Essa educação popular pode ser compreendida como estratégia de transformação da realidade dos sujeitos a partir do *território* concreto, co-existe para além e anterior a educação formal, esse processo educacional pode auxiliar na apropriação e transformação coletiva de elementos que se apresentam a partir da individualidade. Para ser objeto

de transformação societário é necessário que a educação popular esteja vinculada a um método analítico, aqui consideramos o *materialista-histórico-dialético*, dando base para uma educação que capte o movimento do real e não se mostre somente como metodologia.

Roberta Traspadini (2010), afirma que:

Estamos falando, por certo, da educação popular com um recorte de classe progressista. Esta, que necessita explicitar, a todo momento, que existe um mundo contraditório, em conflito, em disputa, e que só é possível assumir um novo processo, projeto, tendo claro sobre como são os mecanismos estruturais de condicionamento do que se tem, impedimento concreto de ação para a proposição do que se quer. E, se politicamente a educação popular tem recorte de classe, no caso socialista dito recorte traz contido um método que ajuda a revelar o oculto da realidade alienada sob a égide do capital.” (TRASPADINI, p. 94)

A educação popular solidificada na perspectiva de consciência de classe é reivindicada na América Latina como estratégia de transformação da realidade (IASI, 2011). Parte de um lugar que tem como protagonistas as classes populares, considerando esses sujeitos na troca de saberes e conhecimento, na práxis, que se opõe a educação bancária (FREIRE, 1987). A assistente social Maria Lídia da Silveira sistematiza a educação popular:

1) Como um investimento político que constrói um lugar voltado para o processo de conhecimento da realidade; 2) Como espaço que vai possibilitar o trânsito do senso comum ao bom senso. Lugar de apropriação individual e coletiva, no qual está presente uma dimensão ideológica fundamental: a de compreender a base de estruturação da vida social sob o capitalismo e da conformação possível de alternativas de organização da vida social, sob outras bases; 3) Como espaço das classes trabalhadoras a conformar outro NÓS, antagônico ao hegemônico, este último constituído sob a égide do individualismo, da ausência de solidariedade etc. Portanto, espaço no qual possam ser experimentados novos valores, novos pensares, numa dimensão de práxis na qual ativamente se busca a elaboração da realidade a partir de uma perspectiva humano-social. 4) Finalmente, um espaço no qual os sujeitos possam exercitar o singular exercício de suas próprias sínteses, redefinindo e recriando referências devidas, sentidos novos à sua existência individual e coletiva (SILVEIRA, 2004, p. 122).

Carlos Rodrigues Brandão (BRANDÃO, s/d *apud* BERGER, 2021), grande educador da equipe de Paulo Freire nos apresenta em sua vasta obra várias compreensões de Educação Popular. A começar pelo termo “popular”, o autor nos expressa que se apresentam neste campo uma sequência de ideias, propostas e práticas pedagógicas, que referenciam os escritos e realizações de Paulo Freire e seu trabalho no nordeste do Brasil (1960), com a alfabetização de jovens e adultos, o exílio na Europa, o vínculo com países africanos de língua portuguesa em processo descolonial nos anos 1960-70.

Paulo Freire usava termos como educação *libertadora*, *educação liberadora*, *educação conscientizadora* versus *educação bancária*, *educação castradora*, *educação autoritária*. A Educação Popular se define na Geografia e na História como ação cultural, extensão democrática a toda uma população, tendo em vista o debate que realizamos acima das categorias tempo e espaço no território (BRANDÃO, s/d *apud* BERGER, 2021).

Brandão levanta a hipótese de que a Educação Popular possa ter existido em diferentes épocas e sociedades, ao estender às pessoas do povo o que antes era exclusivo das elites: o saber oficial. Isso implica ainda hoje pensar não apenas estender a educação ao povo mas a partir dele e a seu serviço.

Simón Rodrigues (professor de Simon Bolívar) na América Latina pensador e educador anterior a Paulo Freire, nos diz “Ou inventamos ou erramos” (Simon Bolívar). Bolívar tratou em sua vida da busca nas línguas indígenas de um projeto pedagógico popular, o pensado-vivido (BRANDÃO, 2020 *apud* BERGER, 2021).

***A que serve a Educação Popular? Como ela serve a quem serve? Como esta educação se opõe àquilo e àqueles que se opõe a quem e a que ela serve?*** (BRANDÃO, s/d *apud* BERGER, 2021).

Essas perguntas geradoras nos provocam várias frentes de reflexão, uma delas implica a plurição transformadora de pessoas e coletivos de pessoas na emancipação das sociedades, culturas e políticas, entendendo a educação como dimensão da cultura e esta como dimensão da vida social. A sociedade como

dimensão do exercício da política, a política como gestão democrática da sociedade à emancipação descolonizada, livre, justa, igualitária, solidária e humana (BRANDÃO, s/d *apud* BERGER, 2021).

Ainda hoje a educação popular nos provoca romper o silenciamento com os sujeitos nos diferentes territórios onde atuamos. Paulo Freire segue vivo na estrutura universitária no movimento estudantil, grêmios e grupos de ação cultural e em nossas práticas extensionistas. A Educação Popular freiriana nos convoca em tempos de curricularização da extensão à inversão de pensamentos e práticas: na direção da valorização dos saberes e práticas populares, em uma “pedagogia crítica”, “pedagogia do conflito”, “emancipação política como caminho para a emancipação” e oposição às “pedagogias do consenso”, “pedagogias do silenciamento”, “pedagogias bancárias” (BRANDÃO, s/d *apud* BERGER, 2021).

É necessário, explica Brandão (2020), a busca do diálogo: “pedagogia do oprimido” e não “para”, “através”, “em favor”, ou “em nome”. É preciso entender “povo” como dimensão da sociedade civil (povo soberano para J. J. Rousseau), como coletivo de pessoas, classes sociais, etnias e outros segmentos oprimidos, “os de baixo” no desenvolvimento desigual e combinado, frente o colonizador e neocolonizador (BRANDÃO, s/d *apud* BERGER, 2021).

A educação popular não “serve de”, mas “serve a”, com vocação iluminista (educar o povo para civilizá-lo), em última instância transformá-lo em trabalho subalterno. Precisamos aprender modalidades de educação entre os indígenas: os saberes da aldeia versus saberes dos brancos (BRANDÃO, s/d *apud* BERGER, 2021).

O projeto iluminista buscou ilustrar o povo, transformar em cidadão burguês, homem “educado” para “servir à pátria e morrer por ela” e a mulher “casar e gerar fieis e patrióticos cidadãos”, num utilitarismo pragmático-empresarial da Inglaterra e Estados Unidos sobre a América Latina até os dias de hoje. O educador Pestalozzi foi contra essa visão, também Claparede, Freinet, Korzack, Makarenko e Simon Rodrigues (BRANDÃO, s/d *apud* BERGER, 2021).

Outra pergunta geradora que nos guiou em nosso projeto “Territórios em Cena” foi: **como defender o legado da Educação Popular em tempos de mercadorização das Políticas Sociais, individualização da questão social e destruição ultraneoliberal de direitos e políticas sociais?**

## **PRIMEIROS PASSOS**

Através dos processos de escuta dos/as trabalhadores/as do SUAS Vitória, ao longo de 2021, a Gerência de Planejamento e Gestão dos SUAS (GPGS), através da Coordenação da Gestão do Trabalho, juntamente com a Gerência de Atenção à Família (GAF) e outras gerências, vem desenvolvendo processos formativos a partir das necessidades de aprimoramento da política de assistência social do município de Vitória, estado do Espírito Santo (ES). A SEMAS/PMV constatou naquele momento a necessidade de aquisição de novos conhecimentos que qualificassem o olhar dos/as trabalhadores/as e os/as sensibilizasse acerca das possibilidades de intervenções, ainda que num contexto de violência cotidiana vivenciado pelas famílias e seus membros, oportunizando a reflexão e a qualificação da práxis<sup>12</sup> das/os profissionais.

Assim, a partir das experiências positivas anteriormente realizadas com o Núcleo de Estudos Interfaces do Departamento de Serviço Social da Ufes, através do projeto de extensão “Educação Popular, Assistência Social e Território”, vislumbrou-se a possibilidade de uma nova parceria agora com o Nevi, do mesmo Departamento, com uma formação capaz de desenvolver com os/as profissionais

---

<sup>12</sup> Segundo Netto e Braz (2012, p. 56): “A categoria práxis permite apreender a riqueza do ser social desenvolvido: verifica-se, na e pela práxis, como, para além das suas objetivações primárias, constituídas pela trabalho, o ser social se projeta e se realiza nas objetivações materiais e ideais da ciência, da filosofia, da arte, construindo um mundo de produtos, obras e valores - um *mundo social, humano*, enfim, em que a *espécie humana* se converte inteira em **gênero humano**. Na sua amplitude, a categoria práxis revela o homem como ser *criativo* e *autoprodutivo*: ser da práxis, o homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz.” (os destaques são dos autores)

elementos para o enfrentamento da nova conjuntura nos territórios dos Cras, agora agravada pela Pandemia do Covid-19.

Novamente pensou-se na Educação Popular como método no trabalho cotidiano de assistentes sociais, psicólogos/as, educadores/as e recepcionistas, como forma de potencializar a intervenção profissional na perspectiva do diálogo com os/as usuários/as/es. Para tanto, a busca de formação continuada sobre estratégias de enfrentamento dos impactos da desigualdade social, que se manifestam pelas violências e violações de direitos naquilo que cabe a Política de Assistência Social, conectou a SEMAS/GAF ao Nevi. Optou-se por uma formação voltada a **grupos operativos**<sup>13</sup>, na perspectiva de método de Paulo Freire e Augusto Boal, a Pedagogia do Oprimido e o Teatro do Oprimido, por proporcionar um pensamento-ação baseado no diálogo e nas necessidades populares, fortalecendo e dando sentido às ações de abordagens no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

## **O DIAGNÓSTICO SÓCIO-TERRITORIAL COMO PONTO DE PARTIDA**

Conforme a Norma Operacional Básica (NOB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS),

O diagnóstico socioterritorial é um instrumental de grande relevância para subsidiar e fundamentar ações estratégicas na política de assistência social, de forma preventiva e proativa, em cada esfera de governo e demais processos de planejamento e avaliação (NOB/SUAS, 2012)<sup>14</sup>.

Ao observar a dinâmica sócio-territorial onde se inserem CRAS, CREAS, Centro-Pop, CAJUNS, CCTI e CTRB do município de Vitória/ES, a SEMAS/PMV

---

<sup>13</sup> LANE (2017), com base em J. F. Calderón e G.C.C. De Govia define grupo operativo por: uma relação significativa entre duas ou mais pessoas, através de ações em sequência, cuja interação se dá pelas necessidades materiais e psicossociais, traçando metas e objetivos a serem cumpridos.

<sup>14</sup> IN: BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social. **Diagnóstico Socioterritorial do Órgão Gestor Municipal**. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip\\_datain/ckfinder/userfiles/files/Questionario\\_Diagnostico\\_GM\\_final.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Questionario_Diagnostico_GM_final.pdf). Acesso: 30 de abril de 2023.

diagnosticou a temática da **violência racial e de gênero**, bem como o **autoritarismo** presente no seio das famílias. No ano de 2021 as ações e intervenções das políticas públicas nos territórios do município foram impactadas pela pandemia da Covid-19, contribuindo para o agravamento das situações de desproteção, considerando que grande parte das famílias ficaram impedidas de trabalhar e que os conflitos e violações de direitos se intensificaram com o aumento da violência contra crianças e adolescentes, mulheres, idosos, população LGBTQIAPN+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-Binárias, entre outros mais), e buscou desenvolver estas temáticas, observando o cotidiano de trabalho dos técnicos na relação com as famílias, e dessas relações extrair o conteúdo para a intervenção profissional como um imperativo naquele momento da pandemia no Brasil. **Como constatado, as mulheres e as mulheres negras são as mais impactadas com a pandemia em nossos territórios, e são elas as nossas principais usuárias.**

Conforme a SEMAS/PMV, o diagnóstico sócio-territorial de 2021, acima citado, buscou identificar as situações de desproteção<sup>15</sup> através das seguintes questões: **“No momento em que mais precisou, com quem você PÔDE contar?”** e **“No momento em que você mais precisou, com quem você NÃO PÔDE contar?”**. Considerando a possibilidade de fornecer múltiplas respostas as marcações apontam para o seguinte resultado: 1745 marcações indicam principal suporte no âmbito Familiar e Comunitário (801), Amigos/namorado (501), Entidade religiosa (245), Vizinhos (150), Trabalho (48), em detrimento Rede de Serviços Públicos (1447 respostas) dentre eles, Assistência (1061), Saúde (243), Educação (143); 1399 respostas relatam ausência de suporte referente a

---

<sup>15</sup> Conforme Alcântara e Duarte (2019, p. 7), “[...] o termo desproteção social traz uma reflexão que vai contra a culpabilização do indivíduo/família e apresenta o Estado como o responsável pela proteção social, o qual quando falha em seu dever, pessoas ficam desprotegidas, vulneráveis e em situação de risco.”

Amigos/namorado (426) Vizinhos (423), Família (373), Entidade religiosa (129) e Trabalho (48), em detrimento 618 respostas apontam que não contaram com a Rede de Serviços Públicos, dentre eles, Assistência (246), Saúde (229), Educação (143).

Diante deste quadro, a SEMAS/PMV entendeu que a perspectiva da educação popular numa direção emancipatória, com a defesa dos direitos sociais através das políticas sociais e da participação das usuárias, tem se tornado um desafio, quando o cotidiano, através da reprodução das relações opressivas tem adoecido e desmotivado os/as profissionais da assistência social e por conseguinte o acolhimento na política de assistência social tem sido impactado: as condições precárias de trabalho impactam diretamente na qualidade dos serviços prestados à população nos territórios.

## **COMO O TEATRO DO OPRIMIDO CHEGA A ESTES TERRITÓRIOS?**

Ao longo de sua trajetória, desde seu surgimento nos anos 1970, o Teatro do Oprimido de Augusto Boal tem se mostrado uma forma potencial de engajar os sujeitos em seu território e expressa a relevância da utilização de metodologias criativas e dinâmicas para o cotidiano de trabalho com as famílias.

Enquanto extensão universitária, o Nevi buscou provocar nos profissionais as seguintes questões motivadoras: *como posso fazer diferente? Quais as condições tenho para iniciar? O que e quais sujeitos preciso mobilizar?*

Entendemos a partir da escuta inicial da fala dos/as profissionais que trabalhar no cotidiano dos territórios nesta sintonia nos convoca a perceber o próprio conteúdo do **cotidiano** (NETTO; CARVALHO, 1994)<sup>16</sup> como ponto de partida para a realização de um trabalho sócio-territorial que de fato garantisse o

---

<sup>16</sup> NETTO, J. P. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, J. P.; CARVALHO, M. C. B. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

acesso aos serviços prestados com qualidade como direito do/a cidadão/ã<sup>17</sup>, o que expressa a relevância deste projeto no cenário que se nos apresentava.

## **METODOLOGIA DA FORMAÇÃO EM TEATRO DO OPRIMIDO NO PROJETO TERRITÓRIOS EM CENA**

“(...) o caminho se faz ao caminhar”

(Antônio Machado<sup>18</sup>)

Partimos neste projeto da multidimensionalidade didática, ao considerar as dimensões humana, técnica e político-social, que nos termos de Candau (1983), expressa a relação interpessoal, como ação intencional e sistemática e ancorada em uma prática pedagógica com base em uma visão de ser humano e sociedade.

A tendência pedagógica aqui adotada é a progressista libertadora, com base no pensamento de Paulo Freire, que tem o diálogo como origem do processo de ensino-aprendizagem e se constitui nos movimentos de educação popular. Valoriza o método de aprendizagem em grupo, articulando saberes populares, arte e ciência.

Foram realizadas oficinas semanais num total de quatro encontros por grupo. Dividimos os (180) profissionais em 6 grupos de 30 pessoas, sendo 2 grupos por dia (manhã e tarde). No mês de março de 2022 e primeira semana de abril foram reservadas as terças, quartas e quintas-feiras pela manhã e tarde para a realização das oficinas. Cada oficina de Teatro do Oprimido teve ênfase sistemática das opressões e violências presentes nos territórios atendidos pelos CRAS, CREAS, CAJUNS (Projeto Caminhando Juntos - serviço de convivência e fortalecimento de vínculos), Centro-Pop, Centros de Convivência da Terceira Idade (CCTI) e CTRB (Coordenação de Transferência de Renda e Benefícios) de Vitória/ES, bem como os impactos dessas na saúde dos/as trabalhadores/as da assistência social, que

---

<sup>17</sup> Apesar dos limites da noção de cidadania burguesa. Faz-se necessário aqui uma discussão mais aprofundada sobre o chamado Estado de Direito, o que não será aqui possível neste momento. Recomendamos a leitura de Pachukanis (1997).

<sup>18</sup> MACHADO, A. **Cantares** (poema). IN: <https://www.pensador.com/frase/NT11NDUy/>. Acesso: 02 de abr. de 2023.

preconizou situações vividas por esses profissionais, trazidas à cena teatral e apresentadas nos próprios territórios, seguidas de uma nova oficina de multiplicação da metodologia apreendida agora pelos/as profissionais formados/as/es com usuários/as/es da assistência social do município nos respectivos 12 territórios da assistência social de Vitória/ES. Tivemos o apoio de 3 estagiárias da UFES que foram supervisionadas por profissionais assistentes sociais da GAF e da GPGS, com atividades assíncronas (estudo de textos e da política de assistência social), síncronas (em reuniões virtuais) e participação nas formações.

A metodologia do Teatro do Oprimido se inicia com jogos e exercícios corporais, dentro das cinco categorias propostas por Augusto Boal: *1. Sentir tudo o que se toca; 2. Escutar tudo que se ouve; 3. Ver tudo que se olha; 4. Ativando os vários sentidos; 5. Memória dos sentidos.* Aplicamos a técnica do Teatro Fórum: a partir das situações de opressão relatadas, foram criadas cenas teatrais que provocam a plateia a entrar em cena e atuar, mostrando como faria se estivesse no lugar da personagem oprimida/o/e. De espectador, aquele que vê e assiste passivamente, quem está na audiência é convidada/o/e a ser espectador e espectatriz. Da criação de cenas de Teatro Fórum e/ou intervenções estéticas no território, foram realizadas sessões de Teatro Fórum e registro da aplicação da metodologia com usuários/as dos CRAS numa segunda etapa do projeto após a formação, momento que aconteceu no mês de abril de 2022. No mês de maio de 2022 foi realizado o “Seminário sobre Território na Assistência Social” no auditório da PMV. Os/as profissionais que fizeram a formação e aplicaram a metodologia nos territórios apresentaram neste seminário duas das cenas criadas com os/as usuários/as/es e cada grupo fez uma exposição com imagens do trabalho realizado nos respectivos territórios, com um vídeo. Seguimos os procedimentos internos da PMV sobre os protocolos de segurança de retorno dos profissionais nos equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social. Quanto à carga horária

de cada oficina foram de 4 horas por dia num total de 16 horas por oficina na somatória de 4 encontros, sendo 6 turmas, 96 horas no total.

## **FORMAS DE AVALIAÇÃO DOS CURSISTAS E ESTRUTURA FÍSICA**

Partimos de um referencial de avaliação qualitativa que define qual o objetivo da avaliação, por que e para quê avaliar, desvelando seu significado e sentido na educação. Nessa trilha, a avaliação busca interpretar o papel do avaliador a partir de uma perspectiva democrática: do diagnóstico aos instrumentos de avaliação para qualificar e emancipar (SAUL, 1988).

O diagnóstico sócio-territorial apresentado acima foi nosso ponto de partida para a proposição da metodologia do projeto.

Foram realizadas realizadas avaliações orais a cada encontro, sistematizadas pelas estagiárias e avaliação escrita ao final do projeto mediante formulário que continha as seguintes perguntas: *1. Quais pontos positivos destaca da formação? 2. Quais os pontos negativos? 3. No processo de condução das formações, como avalia o facilitador? 4. No processo de desenvolvimento da formação, como avalia a atuação das estagiárias? 5. No processo de aplicação das técnicas e reflexões produzidas, como se auto-avalia no envolvimento nas atividades? 6. No suporte técnico, como avalia as condições e local de desenvolvimento da formação? 7. Como vê a possibilidade de aplicação das técnicas no território do equipamento da Assistência Social onde atua? 8. Ao realizar a multiplicação da metodologia do Teatro do Oprimido no território, quais as dificuldades encontradas? 9. Como avalia o impacto da formação junto às famílias e indivíduos participantes da oficina de multiplicação que realizou? 10. O que sugere que seja modificado ou acrescentado em novas formações?*

Para a formação dos/as profissionais foi reservado auditório da PMV com capacidade para 250 pessoas, para o lançamento do projeto e para o “Seminário sobre Território na Assistência Social”, salas no espaço de formação “Escola do

Governo" e salas nos CRAS de cada território na etapa de aplicação das técnicas e reflexões. Também a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Vitória/ES disponibilizou uma sala para a formação em dias necessários.

## **A FORMAÇÃO DE FORMADORES**

Na primeira etapa de formação realizada da Escola de Governo e sala da APAE, foram formados/as 200 participantes em 6 turmas de 30 a 33 pessoas. Iniciamos com um exercício de escuta desses/as profissionais da assistência social de Vitória dos diferentes equipamentos, misturados nos grupos a partir de uma pergunta geradora: **Qual o meu sonho?** A proposta parte do texto de Eduardo Galeano:

### **Imagem 1. Slide da formação “Territórios em Cena”**



Fonte: os autores.

A escuta de cada participante sobre “qual o meu sonho?”, pensando o contexto do território onde atuam trouxe importantes questões que vão desde “*condições adequadas de trabalho*” (equipamentos e espaço, além de mais profissionais para atendimento da população), “*uma sala que resguarde o sigilo do atendimento do/a*

*profissional com o/a usuário/a”, “uma rampa para o CRAS pois a ladeira sem rampa impossibilita acessibilidade para a chegada de cadeirantes e idosos ao espaço do atendimento”, “não ter tiroteio na hora do trabalho” (se referindo às intervenções policiais e a troca de tiros entre polícia e tráfico), “o território sem violência”, “cobertura total das famílias”, “melhores condições de trabalho com a população em situação de rua e ampliação da cobertura do atendimento”, “ter mais formações nessa perspectiva” (refere-se aos conteúdos da educação popular), “uma sala ampla para as oficinas de convivência e fortalecimento de vínculos” (refere-se à sala pequena, onde o CRAS atende), “uma política que de fato promova a transformação da vida dos munícipes”, “salário condizente com o tanto de trabalho que realizamos”, entre outras.*

Observe-se que a temática do trabalho e das condições para sua realização nos atendimentos aos “munícipes” no território comparece em muitas falas, bem como questões básicas como “uma rampa” para o acesso, “uma sala” para atendimento. Sonhamos ainda com o mais básico do básico infelizmente, pois o horizonte do desmonte das políticas públicas sociais se expressa em última instância nessas e tantas outras questões colocadas pelos profissionais nesse primeiro exercício.

A segunda pergunta geradora foi: ***o que entendo por território? Qual meu pertencimento ao território em que trabalho como profissional da assistência social?***

Esta pergunta gerou várias colocações importantes que foram da “população atendida” aos “sujeitos que se relacionam com elas no bairro e na região”. Muitas falas expressaram fortemente a temática da violência expressa no *extermínio*<sup>19</sup> de jovens negros, no encarceramento e nas precárias condições de vida, no

---

<sup>19</sup> Defendemos a utilização do conceito extermínio considerando as características da ocorrência do ato e o perfil dos sujeitos vitimados (LABETA-IACK, 2023).

desemprego e no desconhecimento de muitos sujeitos do que seja a política, mas também do pertencimento, de como recebem o cuidado e o afeto de vizinhos do CRAS que vêm por exemplo apenas para dar um “oi” ou “trazer um café e um

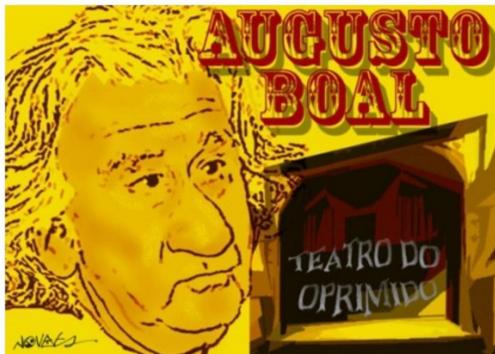
bolinho no fim de tarde para a equipe”. Dimensões que expressam o acolhimento da equipe, refletido no acolhimento dos moradores, munícipes para com as pessoas que ali trabalham.

Apresentamos também algumas imagens da formação dada por Augusto Boal e o Centro de Teatro do Oprimido ofereceu no projeto “Teatro do Oprimido na Prevenção à Violência e à Criminalidade” com o Consórcio “Sou Pela Vida” da Secretaria de Segurança Pública (SESP) do ES e do grupo de Teatro do Oprimido “Levante” de Belo Horizonte (MG). Respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente não divulgaremos aqui imagens da formação e dos grupos apresentados na formação.

Na sequência introduzimos os conceitos de Paulo Freire e Augusto Boal sobre Educação e depois passamos à ação com exercícios e jogos do Teatro do Oprimido.

**Imagem 2. Slide da formação do projeto “Territórios em Cena”.**

### Conceito de Educação



Fonte: os autores

## **CORPOS EM CENA: A METODOLOGIA DO TEATRO DO OPRIMIDO**

Nos encontro 3 e 4 apresentamos conceitualmente a metodologia do Teatro do Oprimido concomitante à experimentação de jogos e exercícios e criação de cenas a partir de opressões vividas e relatadas pelas/os participantes.

Nos diz Augusto Boal que para se dominar os meios de produção teatral, é necessário, assim, conhecer o próprio corpo para torná-lo mais expressivo. Só após esse conhecer (se) é que “o espectador” estará habilitado a praticar formas teatrais que, por etapas, ajudem-no a liberar-se de sua condição de “espectador” e assumir a de “ator”, deixando de ser objeto e passando a ser sujeito, convertendo-se de testemunha em “protagonista”.

Conforme Boal (1991 *apud* BERGER, 2021), essas etapas para a conversão do espectador em ator são respectivamente quatro e podem ser sistematizadas da seguinte forma:

PRIMEIRA ETAPA - Conhecimento do Corpo – Seqüência de exercícios em que se começa a conhecer o próprio corpo, suas limitações e suas possibilidades, suas deformações sociais e suas possibilidades de recuperação;

SEGUNDA ETAPA – Tornar o Corpo Expressivo – Seqüência de jogos em que cada pessoa começa a se expressar unicamente através do corpo, abandonando outras formas de expressão mais usuais e cotidianas;

TERCEIRA ETAPA - O Teatro como Linguagem – Aqui se começa a praticar o teatro como linguagem viva e presente, e não como produto acabado que mostra imagens do passado.

PRIMEIRO GRAU – Dramaturgia Simultânea: os espectadores ‘escrevem’, simultaneamente com os outros atores que representam;

SEGUNDO GRAU – Teatro Imagem: os espectadores intervêm diretamente, ‘falando’ através de imagens feitas com os corpos dos demais atores ou participantes;

TERCEIRO GRAU – Teatro – Debate: os espectadores intervêm diretamente na ação dramática, substituem os atores e representam, atuam!

QUARTA ETAPA – Teatro como Discurso – Formas simples em que o espectador-ator apresenta o espetáculo segundo suas necessidades de discutir certos temas ou de ensaiar certas ações. Exemplo: 1) teatro jornal 2) teatro invisível 3) teatro fotonovela 4) quebra de repressão 5) teatro mito 6) teatro julgamento 7) rituais e máscaras. (BOAL, 1991 *apud* BERGER, 2021, p. 46).

De forma sucinta, o método de Augusto Boal parte dessas etapas, graus e técnicas que visam transformar o espectador em ator. Porém ao longo dos anos e, em contextos determinados, as práticas em Teatro do Oprimido foram ampliando esse arsenal em novas técnicas, jogos, exercícios, tornando mesmo o Teatro do Oprimido uma frondosa árvore. O Teatro do Oprimido surge no final da década de 60, quando grupos ligados ao Teatro de Arena de São Paulo trabalhavam com Teatro Jornal em sindicatos, associações, igrejas, etc.

Depois de ser exilado pelo regime militar em 1971, Augusto Boal funda o Centro de Teatro do Oprimido em Paris e inicia a sistematização de sua metodologia. Quando retorna ao Brasil em 1986, inicia o projeto da Fábrica Popular de Teatro, cujo objetivo era formar curingas, multiplicadores que pudessem desenvolver grupos populares de teatro por todo o estado do Rio de Janeiro, e a partir de então se inicia a divulgação de sua metodologia por todo o país.

Mas como se processa a metodologia do Teatro do Oprimido? Tendo seu paralelo nas metodologias de Educação Popular Latino-americana de Paulo Freire e na Teologia da Libertação – da qual Leonardo Boff é seu principal expoente - o Teatro do Oprimido prima pela participação ativa do espectador (uma palavra feia conforme Boal, melhor seria “espect – ator”) na cena teatral. A primeira etapa do Teatro do Oprimido consiste num conjunto de exercícios, jogos e técnicas teatrais que visam à desmecanização física e intelectual de quem o pratica. O Teatro do Oprimido é uma metodologia transformadora e propõe o diálogo como meio de refletir e buscar alternativas para conflitos interpessoais e sociais.

Em seguida, se constrói com esses sujeitos cenas teatrais onde expressem sua realidade e seus questionamentos resumidos nas opressões que vivenciam e convida o público, a sociedade, para intervir na cena, realizando um verdadeiro ensaio e intervenção na realidade. Durante as décadas de 1980 e 90, o Teatro do Oprimido se espalha sobre outras faces da questão social no Brasil e no mundo, inserindo-se no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nos movimentos da terceira idade, das pessoas portadoras de necessidades especiais, nas discussões/ações raciais e étnicas, sobre o sistema prisional, nas discussões/ações das relações sociais de sexo e gênero, no orçamento participativo, nos fóruns, na participação de uma forma geral, entre muitas outras. No sistema teatral de Augusto Boal, essa cisão entre o público e a cena é revogada e aquele passa a intervir nesta diretamente através de substituição do ator, dando sua opinião na ação propriamente: como reagiria se estivesse na situação em que se encontra o personagem que opta por substituir, no intuito de descobrir coletivamente saídas

possíveis para desconstruir a opressão que a cena retrata. Essa forma de Teatro do Oprimido em que a platéia intervém e modifica a cena se chama Teatro Fórum e é uma das formas que se desenvolveram a partir das etapas que vimos acima. Serve para discutir de forma crítica e participativa as opressões que são vividas no cotidiano.

## **EXERCÍCIOS E JOGOS DO TEATRO DO OPRIMIDO**

No início de qualquer oficina é preciso alongar a musculatura e aquecer o corpo e a voz com exercícios que vêm da área da Educação Física, Dança, Artes Cênicas e da Música.

Augusto Boal em seu livro “Jogos para atores e não atores” (BOAL, 2015) propõe 500 jogos e exercícios para serem realizados com grupos de oprimidas/os/es e divide esses joguexercícios em 5 categorias, das quais descreveremos pelo menos um a três exercícios por categoria para o leitor se aproximar da dimensão técnico-operativa do Teatro do Oprimido e instigar à práxis:

### *Primeira categoria: Sentir tudo que se toca*

#### Hipnotismo Colombiano

Um ator põe a mão aberta a um palmo de distância do rosto do outro, que como se estivesse hipnotizado deve manter o rosto sempre à mesma distância da mão do hipnotizador, assim como a ponta dos dedos e os cabelos, o queixo e o pulso. O hipnotizador inicia uma série de movimentos com as mãos, retos e circulares, para cima e para baixo, para os lados, fazendo com que o companheiro execute com o corpo todas as estruturas musculares possíveis, a fim de se equilibrar e manter a mesma distância entre o rosto e a mão. A mão hipnotizadora pode mudar, para fazer, por exemplo, com que o ator hipnotizado seja forçado a passar por entre as pernas do hipnotizador. As mãos do hipnotizador jamais devem fazer movimentos rápidos, que não possam ser seguidos. O hipnotizador deve ajudar seu parceiro a assumir todas as posições ridículas, grotescas, não usuais: são precisamente estas que ajudam a ativar as estruturas musculares pouco usadas e a sentir melhor aquelas habituais. O ator vai, assim, utilizar certos músculos. (BERGER, 2021, p. 98)

*Segunda categoria: Escutar o que se ouve*

Batizado Mineiro

Atores em círculo: cada um, em seqüência, dá dois passos à frente, diz seu nome, diz uma palavra que lhe caracterize, que diga algo sobre quem a pessoa é, e que comece com a primeira letra ou sonoridade de seu nome (pode ser uma qualidade, cor, animal, flor, comida, qualquer coisa que queira). Para falar seu nome e a palavra escolhida, o participante deve criar um movimento rítmico. Os demais repetem duas vezes: nome e palavra com o movimento rítmico apresentado. Quando todos já tiverem feito, cada um volta ao centro fora da seqüência original, mas, desta vez, em uma posição neutra e são os demais que devem lembrar da palavra, do nome e do movimento. Variante: cada participante vai ao centro e cria um ritmo para apresentar seu nome, além de um movimento, como se fosse uma música e a coreografia correspondente, todos repetem duas vezes. Finaliza como na versão anterior. (BERGER, 2021, p. 102)

*Terceira categoria: ver tudo que se olha*

Imagem das Palavras

Todos em círculo, fecham os olhos e se voltam para fora do círculo. O curinga ao centro, de olhos fechados todos fazem uma imagem com o corpo de acordo com a palavra que o curinga ditar. Ainda de olhos fechados se viram e ao sinal do curinga abrem os olhos vêem como os outros sentem e mostram com o corpo a palavra. Começa com palavras simples como: gato, livro, etc. Depois vai aumentando o nível de investigação da percepção do grupo do tema que se quer investigar: família, mãe, pai, irmão, igreja, escola, professor, aluno. Cada palavra revelará um universo de significados que poderão ser discutidos conforme os participantes vão se percebendo. (BERGER, 2021, p. 106)

*Quarta categoria: ativar os vários sentidos*

Viagem Imaginária

Em duplas. O cego deve ser conduzido pelo seu guia através de uma série de obstáculos reais ou imaginários, como se os dois estivessem em uma floresta, em um supermercado, na Lua, no deserto do Saara ou outro cenário real ou imaginário que o guia tenha em mente. Como em todos os exercícios desta natureza, falar é proibido; toda informação deve ser passada através do contato físico e dos sons. O guia pode espalhar obstáculos por toda a sala: cadeiras, mesas, tudo que estiver

disponível – às vezes os obstáculos serão reais, outras vezes imaginários. O cego deve tentar imaginar onde está. Por exemplo, em um rio? Um rio com jacarés? Pedras? O guia deve usar o contato físico, a respiração ou sons, como forma de guiar; o cego, por sua vez, não poderá fazer nenhum movimento que não lhe tenha sido ordenado ou sugerido. Depois de alguns minutos, o Curinga deverá sinalizar que a viagem está no fim, para que os guias possam ter tempo de concluir suas viagens. Na segunda rodada, quem guiou será guiado, mas agora não é permitido mais usar o som. Ao final do exercício o cego relata ao guia onde crê que os dois estiveram. Em resumo, deve dar as informações reais que percebeu com os seus sentidos, exceto a visão. Depois das informações objetivas, os cegos dizem para onde acreditam ter viajado: contam a viagem imaginada. Os guias contam então as suas histórias, e eles as comparam (BERGER, 2021, p. 106)

#### *Quinta categoria: Memória dos Sentidos*

Cada participante da oficina individualmente faz com gestos as ações que desenvolveu no dia anterior de acordo com a hora que o curinga vai falando: Meia noite, 1 hora da manhã, 2 horas da manhã, 3 horas da manhã...10 horas, Meio dia, ...3 horas da tarde ...10 horas da noite. Ao relembrar nossas ações passadas tomamos consciência de nosso cotidiano e podemos refletir com o grupo sobre as ações de cada participante, se está satisfeito com o que faz todos os dias e como pode mudar suas ações para assim buscar as motivações necessárias para um processo de transformação, onde reflita sobre o que precisa mudar em vida para superar o que o oprime (BERGER, 2021, p. 108).

## **TÉCNICA DO TEATRO FÓRUM**

Demonstração de Teatro-Fórum:

(Esse é o momento de demonstração da técnica que será usada no projeto. O exemplo é simples e sem tema. Deve-se esclarecer ao grupo que a cena que será montada no decorrer dos encontros terá a mesma estrutura)

O aperto de mãos

O Curinga e um voluntário improvisam a seguinte cena: a uma certa distância, um estende a mão para o outro, sinalizando um encontro. Os dois se aproximam para o aperto de mãos. No momento do aperto de mãos, o Curinga vira de costas para o voluntário, surpreendendo-o com a recusa do cumprimento. Os espect-atores substituem o personagem

oprimido (o que ficou constrangido com a recusa do aperto de mãos) e, através de imagens, devem apresentar alternativas. (BERGER, 2013)<sup>20</sup>

Após a demonstração do modelo de Teatro Fórum, para o grupo entender o mecanismo de participação do espectador na cena seguimos com o exercício “Relato das Opressões”, em que o grupo é subdividido e os participantes relatam entre si situações em que foram e se sentiram oprimidos. Após o relato de cada participante, pede-se que escolham uma das situações mais urgentes e/ou que sintetizem as demais. Ao final do processo, de cada subgrupo sairá um tema/história de opressão para ser debatida e encenada com a técnica do Teatro-Fórum. O critério para a escolha da história é: o que o grupo vê como mais urgente para discutir. Transformado em cena, o tema será levado para o Fórum.

Como resultado desta etapa foram criadas no projeto “Territórios em Cena” 18 cenas de Teatro Fórum, a partir de cerca de 180 relatos de opressão. As temáticas que foram à cena são as seguintes: ***racismo no espaço público (comércio), abuso e assédio sexual médico, violência doméstica contra a mulher, racismo intrafamiliar, discriminação e negação de acesso por ser pessoa com deficiência no mercado de trabalho, violência do usuário contra o profissional, violência no território impedindo o trabalho da equipe, violência policial contra jovens atendidos e abuso de autoridade policial com profissionais da assistência.***

**Imagem 3. Cena criada por um dos grupos sobre violência doméstica contra a mulher, vivida por uma das profissionais participantes da formação. Imagens da oficina formativa do projeto “Territórios em Cena” (2022).**

---

<sup>20</sup> BERGER, William. *Teatro do Oprimido: Educação para a vida*. Apostila inédita. Serra/ES: Rede Alsa, 2013.



Fonte: os autores

**Imagem 4. Cena criada por um dos grupos sobre violência do usuário contra profissional da assistência social. Imagens da oficina formativa do projeto “Territórios em Cena” (2022).**



Fonte: os autores

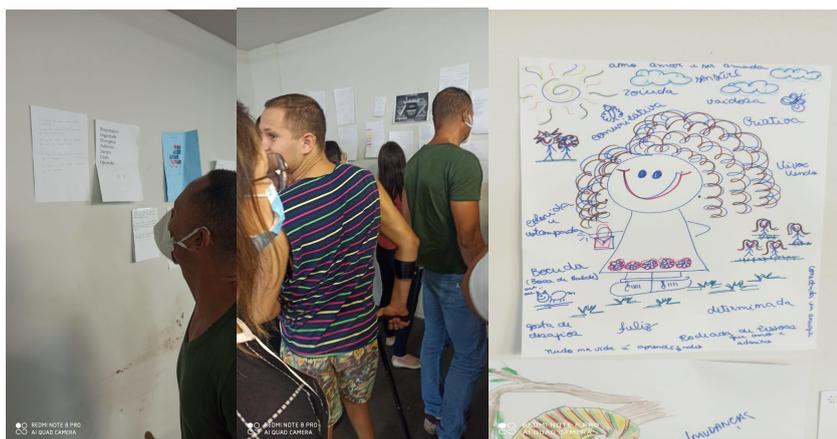
**Imagem 5. Cena criada sobre abuso e assédio sexual médico. Imagens da oficina formativa do projeto “Territórios em Cena”**



Fonte: os autores

**QUEM É ESSE/A OUTRO/A/E TÃO PRÓXIMO E ÀS VEZES TÃO DISTANTE QUE PRECISO CONHECER?**

**Imagem 6. Aplicação da técnica de Teatro do Oprimido “Declaração de Identidade com sinestesia sobre o papel”. Quem sou eu?. Imagens da oficina formativa do projeto “Territórios em Cena” (2022)**



Fonte: os autores

O educador e antropólogo Carlos Rodrigues Brandão nos diz que a palavra é a matéria do educador, assim para empreender a educação popular como conteúdo e forma do projeto de vida e sociedade, é necessário desvelar seu sentido e poder.

Para o antropólogo Pierre Clastres, a palavra é um ato de poder. Nos diz Brandão: “(...) os súditos calam ou repetem a palavra que ouvem, fazendo seu o mundo do outro”<sup>21</sup>. Assim a divisão social do poder se expressa no poder de falar. O poder da palavra impõe a vontade de poucos, os que criam os nomes de todas as coisas na sociedade, sobre o trabalho de muitos para o controle da vida social, estabelecendo a desigualdade.

Nos diz o autor:

[...] a primeira escrita existiu para contabilizar os bens dos senhores e tornar possível a extensão do poder (...) Apenas a palavra oral, primitiva, a palavra em estado de ser popular, possui em si mesma a sua densidade plena, e, portanto, diz em si mesma e, não, para alguma coisa (BRANDÃO, s/d, p I *apud* BERGER, 2021, p. 197 ).

Assim, Brandão diz que, na compreensão da educação popular, a palavra promove conflito e consenso. Na sociedade da divisão social do trabalho, de quase todos os mundos da América Latina, impera a desigualdade: poucas pessoas alcançam níveis de saber e o controle dos direitos de falar e saber. É preciso, pois, criar uma nova ordem societária onde a palavra, o saber e a educação signifiquem liberdade. A história da educação dirigida às classes populares na América Latina não é linear. É preciso a produção de uma nova hegemonia educativa: redizer a palavra.

O que nos diz Augusto Boal sobre a Palavra na Estética do Oprimido:

Não buscamos transformar nenhum cidadão em escritor de bestsellers de aeroporto, mas permitir que todos tenham o domínio sobre a maior invenção humana: a palavra, a linguagem simbólica. A Palavra no dicionário e o sentido que lhe damos nem sempre são coincidentes. A disputa pelo significado das palavras se transforma em guerra semântica – conquistar a palavra faz parte da luta pelo poder, como se casamatas fossem. Palavras têm histórias, evocam idéias e emoções, fatos passados e desejos futuros. Quando uma empregada doméstica ouve a palavra Maria, ela vem associada a uma ordem: - Maria, faz o jantar;

---

<sup>21</sup> BRANDÃO, Carlos R. *O que é Educação Popular*. [s. d.], p. 1. Disponível em: [http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/183720/mod\\_resource/content/1/O%20que%20%C3%A9%20educa%C3%A7%C3%A3o%20popular.pdf](http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/183720/mod_resource/content/1/O%20que%20%C3%A9%20educa%C3%A7%C3%A3o%20popular.pdf). Acesso em: 31 mai. 2020.

Maria lava a roupa; Maria varre a casa; Maria faz isso, aquilo, vai lá, acolá, vem cá. Maria passa a ser o prenúncio de ordem que exige um bater continência em posição de sentido. Quando, porém, Maria escreve seu nome em folha branca, sobre si ela tem o que dizer, ela redescobre e pode associar seu nome, Maria, ao amor, ao prazer, à política. Pode assumir seu nome e se assumir como sujeito. O sentido de uma palavra depende de quem a pronuncia – o emissor da palavra dela não se descola. É preciso ver a cara de quem fala para saber o que diz. Escrever é dominar a palavra, ao invés de ser por ela dominado. Quanto mais palavras dominarmos, mais rico será nosso pensamento e ampla nossa visão do mundo (BOAL, 2007 *apud* BERGER, 2021, p. 198).

Boal propõe alguns exercícios da palavra como a narrativa e a poesia. Na narrativa:

#### Declarações de identidade

Cada participante deverá declarar quem é, três vezes, em poucas linhas, para destinatários diferentes: a pessoa amada, a vizinha, o chefe do qual depende o seu emprego ou função, o presidente do país ou outra autoridade, o povo em geral, ou ao seu gato de estimação: tudo serve. A cada vez que declara ser quem é – como a nossa identidade também nos é dada pela relação com os outros, pois nenhum de nós está encarcerado em si – o escritor descobre identidades que são suas, em desuso ou insuspeitadas. Descobre sua multiplicidade. [...] Ao contrário das Declarações de Identidade, voltadas para o interior do sujeito, esta é uma reflexão sobre o mundo. Não basta narrar o fato: deve-se revelar de

que maneira única esse fato nos impressionou – o fato é a percepção do fato. Deve-se insistir em que o participante procure relacionar esse com outros fatos da vida. Esses cotejos ajudam a desintegrar resistências e coroas neuronais. No debate deve-se relacionar as impressões pessoais ao significado social e político do evento. É estimulante colocar na parede ou fazer circular os textos escritos entre os presentes, sem que conste a autoria de cada um. Pergunta-se depois qual foi o texto que mais impressionou cada participante e por quê. Só então se pergunta quem escreveu cada texto e se pede que o autor comente os comentários feitos sobre sua narrativa. Todos devem intervir narrando fatos da mesma natureza, descobrindo conexões. (BOAL, 2007, p. 21)

#### **Imagem 7. Declaração de Identidade com sinestesia sobre o papel. Imagens da oficina formativa do projeto “Territórios em Cena” (2022)**





**Imagem 9. Exercício “Viagem Imaginária” da 4ª categoria de jogos e exercícios do Teatro do Oprimido: ativar os vários sentidos. Imagens da oficina formativa do projeto “Territórios em Cena” (2022)**



Fonte: os autores

## **TERRITÓRIOS EM CENA: MULTIPLICAÇÃO PELOS/AS PROFISSIONAIS FORMADOS/AS/ES NOS TERRITÓRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VITÓRIA/ES**

Como pássaros que se alimentam das sementes de árvores e outras plantas os grupos vêm multiplicando desde o momento seguinte à formação de formadores em seus respectivos equipamentos e territórios. Traremos aqui uma pequena

amostragem de imagens, temas, relatos breves e reflexões levantados com os/as usuários/as/es nos territórios.

Começamos pelo **Grupo de Convivência de idosos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do território de Jardim Camburi**. Oficina realizada pela educadora de Artes no dia 27/03/2023 das 13hs - 15hs. Conforme relato da educadora trabalharam com a técnica:

Teatro Mito. Os idosos interpretaram nessa cena a dificuldade de garantia de direitos, como por exemplo, o acesso ao lugar prioritário nos ônibus, puderam representar situações corriqueiras que acontecem com eles. Relataram também opressões em relação a sua aparência quando “não parecem” ser idosos; julgamentos em relação a escolhas de ir e vir nos horários de pico; julgamentos relacionados ao modo de vida que cada idoso quer ter: como ainda trabalhar e usar o transporte público e usá-lo para sair para se divertir.

(Relato da Educadora)

A seguir, imagens do trabalho realizado com o grupo.

**Imagem 10. Reunião inicial e cena sobre atendimento do idoso no CRAS.**



Fonte: os autores

**Imagem 11. Relato das opressões em subgrupos e cena do ônibus.**



Fonte: os autores

A partir do relato da educadora e das imagens, podemos perceber que o grupo de Convivência de Idosos do território de Jardim Camburi e adjacências, tem se apropriado do Teatro do Oprimido e iniciaram com a técnica “Teatro Mito”<sup>22</sup>, possibilitou trazer à tona opressões vividas por estes no espaço público, quando na utilização do direito à mobilidade urbana (o ônibus). Além desse aspecto, os jogos e exercícios do Teatro do Oprimido têm contribuído para manter o grupo animado e operativo.

---

<sup>22</sup> Técnica que, inclusive, não foi aplicada na formação. Evidencia-se a arte-educadora está realizando experimentação.

Outra experiência marcante foi a que apresentaram no Seminário “Território e Possibilidades de Intervenção”, promovido pela SEMAS/PMV como culminância das oficinas de Teatro do Oprimido nos territórios no dia 07/07/2022. Um grupo de profissionais da assistência social que realizou a formação criou uma cena de Teatro Fórum e segue apresentando em escolas e equipamentos da assistência social do município de Vitória com a temática da **violência sexual contra crianças e adolescentes na Campanha Nacional “Faça Bonito - disque 100”**. Respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente, não mostraremos aqui imagens desse trabalho. Cumpre destacar que uma das falas mais relevantes no Seminário, com a apresentação de duas cenas criadas por este grupo de profissionais da assistência social de Vitória/ES, é a de uma educador que relata que

“...há 8 anos o CRAS foi implementado no território de Santo Antônio e fica de frente para a escola, mas o Cras e a escola nunca dialogaram no sentido de ações conjuntas. Com a apresentação da cena de Teatro do Oprimido criada por nós do CRAS, na escola, os dois equipamentos (da Assistência Social e da Educação), seguem em diálogo para traçar ações compartilhadas com um público de um mesmo território. Inclusive já temos a primeira reunião da rede marcada” (L. Educador do CRAS de Santo Antônio e multiplicador do Teatro do Oprimido).

Destacamos dessa fala a potência do Teatro do Oprimido na promoção do diálogo dentro das políticas públicas sociais, promovendo a intersectorialidade entre Educação e Assistência Social. Muitas vezes atuamos de forma isolada até mesmo dentro dos equipamentos da assistência social. Ao trazer à cena as situações de opressão contra crianças e adolescentes no âmbito da violência sexual, a equipe de educadores segue multiplicando o Teatro do Oprimido e realizando a prevenção junto às escolas e equipamento da assistência social. A metodologia segue sendo

realizada no dia-a-dia desses territórios, pois uma vez apropriada por profissionais, equipe e usuários/as/es, problematiza de forma lúdica e complexa as opressões até então invisibilizadas e/ou silenciadas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos esses que aí estão  
Atravancando meu caminho,  
Eles passarão...  
Eu passarinho.  
(Mário Quintana)<sup>23</sup>

Como pássaros que rompem o ninho em busca de novos vãos, os/as duzentos multiplicadores/as formados/as/es no projeto “Territórios em Cena” seguem ocupando os territórios na cidade de Vitória/ES com o Teatro do Oprimido, promovendo o diálogo e problematizando as opressões vividas no cotidiano para a transformação das realidades vividas no chão da política de assistência social.

Augusto Boal usa na imagem do método o pássaro para simbolizar o/a multiplicador/a do Teatro Oprimido. Assim como as experiências sensoriais de Lygia Clark e os paragolés de Hélio Oiticica, as técnicas, jogos e exercícios do Teatro do Oprimido, em especial aqui vistas no projeto “Territórios em Cena”, seguem com uma obra aberta em permanente multiplicação nos 12 territórios da assistência social de Vitória, apesar de todas as violências cotidianas agravadas em tempos de pandemia de Covid-19 em nosso país, sentidas nos territórios como perda de direitos.

Como a rosa de Federico Garcia Lorca que abre esta sistematização, seguimos com a busca e a construção diária de uma outra sociabilidade, defendendo a *liberdade como valor ético central, a cidadania, a democracia pela participação política, a equidade, a justiça social, a defesa intransigente dos direitos humanos e a plena emancipação dos indivíduos sociais, contra todas as formas de preconceitos, em busca da diversidade e da participação de grupos socialmente discriminados, na articulação com os movimentos sociais e outras categorias profissionais, com compromisso com a qualidade dos serviços prestados, pautando também nosso exercício sem discriminação e sem ser*

---

<sup>23</sup> IN: <https://www.pensador.com/frase/Mjk3NQ/>. Acesso: 31 de mar. de 2023.

*discriminado por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física* (BRASIL, 2012), como nos convoca o código de ética profissional dos/as assistentes sociais de 1993

Pensar, no contexto dos 30 anos do código de ética dos/as assistentes sociais, tais valores e princípios expressos, implica-nos pautar cotidianamente em nossas práticas nos territórios em que atuamos e vivemos a defesa de uma outra sociedade sem exploração e opressões de classe, raça/etnia, gênero, geração e condição física/mental. E que o façamos de forma criativa e diversa. O Teatro do Oprimido, das Oprimidas e Oprimides, tem sido uma dessas grandes oportunidades de realizar a revolução permanente!

## REFERÊNCIAS

ABREU, M. H. E. **Território, Política Social e Serviço Social: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo**. Campinas: Papel Social, 2016.

ALCÂNTARA, L. M. E.; DUARTE, F. G. Manifestações das desproteções sociais: relações entre o neoliberalismo e a (des) proteção social. **Revista O Social em Questão**. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Rio de Janeiro. Ano XXII - nº 45. Set a Dez/2019.

BERGER, W. **Corpos Estético-políticos: Teatro do Oprimido, Direitos Humanos e Ancestralidades**. Vitória/ES: Milfontes, 2021.

\_\_\_\_\_. **Teatro do Oprimido: Educação para a vida**. Apostila inédita. Serra/ES: Rede Alsa, 2013.

BOAL, A. Projeto Prometeu. **Metáxis – a Revista do Teatro do Oprimido**. n. 4. Teatro do Oprimido nas Escolas. Rio de Janeiro: J. Sholna, 2007.

\_\_\_\_\_. **Jogos para atores e não-atores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BOSCHETTI, I. **Seguridade social e trabalho: paradoxo na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: Ed. Unb, 2008.



ISSN N. 2595-7341

Vol. 5, N. 03, Set-Dez, 2022

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação Popular**. [s. d.], p. 1. Disponível em: [http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/183720/mod\\_resource/content/1/O%20que%20%C3%A9%20educa%C3%A7%C3%A3o%20popular.pdf](http://www.aedmoodle.ufpa.br/pluginfile.php/183720/mod_resource/content/1/O%20que%20%C3%A9%20educa%C3%A7%C3%A3o%20popular.pdf). Acesso em: 31 mai. 2020.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Norma Operacional Básica (NOB) do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília/DF, 2012. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS\\_2012.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf). Acesso 31 de mar. de 2023.

\_\_\_\_\_. Ministério de Desenvolvimento Social. **Diagnóstico Socioterritorial do Órgão Gestor Municipal**. Disponível em: [http://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/dicivip\\_datain/ckfinder/userfiles/files/Questionario\\_Diagnostico\\_GM\\_final.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Questionario_Diagnostico_GM_final.pdf). Acesso: 30 de abril de 2023.

\_\_\_\_\_. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10 ed. rev. e atual. Brasília/DF: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CANDAU, V. **A didática em questão**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1983.

CARVALHO, R. de; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 24 ed. São Paulo: Cortez; Lima: Celats, 2006.

CARVALHO, M. do C. B.; NETTO, J. P. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

DINIZ, R. A. Território, Trabalho Social e Assistência Social: alguns aportes sobre a realidade na cidade de Curitiba (PR). **Anais do XVI Encontro Nacional dos Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS)**. Vitória/ES: UFES, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22069>. Acesso 31 de mar. de 2023.

GORENDER, J. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1978.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 15. ed. Tradução de Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2014.



ISSN N. 2595-7341

Vol. 5, N. 03, Set-Dez, 2022

IASI, M. L. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LABETA-IACK, P. **A produção da trajetória institucional de adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo: entre o cárcere e a morte**. Dissertação (Mestrado em Política Social). Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória/ES, 2023.

LANE, S. T. M. O Processo Grupal. In: LANE, S. T. M., CODO, W. (Orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2017.

LORCA, F. G. A Rosa (poema). IN: [https://www.pensador.com/poemas\\_federico\\_garcia\\_lorca/](https://www.pensador.com/poemas_federico_garcia_lorca/). Acesso: 30 de mar. de 2023.

MACHADO, A. Cantares (poema). IN: <https://www.pensador.com/frase/NTI1NDUy/>. Acesso: 02 de abr. de 2023.

MARX, K. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Vol. I, Livro Primeiro – O processo de produção do capital, Tomo I. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOREIRA, R. **Geografia e Práxis**. São Paulo: Contexto, 2012.

MOTA, A. E. **Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 2005.

MOURA, C. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2 ed. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois co-edição com. Anita Garibaldi, 2014.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. Biblioteca Básica de Serviço Social. Vol. 1. 8 ed.. 1ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**. N° 3, 2001 (p. 41-49).

PACHUKANIS, E. **A teoria geral do direito e o marxismo**. Trad. Soveral Martins. Coimbra: Centelha, 1977.

QUINTANA, M. **Passarinho** (poema). IN: <https://www.pensador.com/frase/Mjk3NQ/>. Acesso: 31 de mar. de 2023.



ISSN N. 2595-7341

Vol. 5, N. 03, Set-Dez, 2022

SANTOS, M. **O Brasil – território e sociedade no início do século XXI**. 6 ed. Rio de Janeiro - São Paulo. Editora Record, 2004.

SAUL, A. M. **Avaliação emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**. São Paulo: Cortez, 1988.

Sem autor. DESEMPREGO fica em 8,4% em janeiro e atinge 9 milhões de brasileiros. UOL, 2023. Disponível em : <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/03/17/pnad-continua-ibge-desemprego.htm#:~:text=Desemprego%20fica%20em%208%2C4.%2F03%2F2023%20%2D%20UOL%20Economia>. Acesso: 30 de mar.de 2023.

SPOSATI, A. de O. **A menina LOAS: um processo de construção da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVEIRA, M. L. S. Educação popular: novas traduções para um outro tempo histórico. In: **SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO POPULAR**, 2004, Rio de Janeiro. Anais CD Room..., Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/UFRJ, 2004, p. 119–126.

TRASPADINI, R. Elementos Estruturais da Educação Popular e os Movimentos Camponeses do Brasil. **Revista Em Pauta**. Rio de Janeiro, v. 7, n. 25, p. 87-114 jul. 2010.

VASCONCELOS, A. M. de; ALMEIDA, N. L. T. de; VELOSO, R. (Orgs). **Serviço Social em tempos ultraneoliberais**. Uberlândia/MG: Navegando publicações, 2021.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo, Cortez, 2015.